

Artigo

Gênero, neoextrativismo e agroecologia: Perspectivas feministas sobre os conflitos ambientais

Liliam Telles

Alessandra Bernardes Faria Campos

104

Isabelle Hillenkamp

Alair Ferreira de Freitas

Resumo

Os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, camponesas e da agricultura familiar e de vários outros grupos locais, urbanos e rurais, com suas formas específicas de apropriação material e simbólica da natureza, têm sido expostos, cada vez mais, às lógicas de extração capitalista e mercantil do trabalho e da natureza, traduzindo-se em conflitos ambientais que impactam de distintas maneiras seus territórios. No século XXI, o neoextrativismo expressa essa forma particular de despossessão capitalista, com forte participação do Estado. No campo de estudos sobre conflitos ambientais e neoextrativismo, predomina o uso da variável “classe” como dimensão explicativa das desigualdades ambientais e, em decorrência, a notável sub-representação de categorias analíticas importantes, como gênero, raça e etnia. Para reposicionar estas análises, o artigo traz uma análise feminista sobre a forma como os projetos neoextrativistas penetram nos territórios e combina uma abordagem, em diferentes escalas, das resistências protagonizadas pelas mulheres. De forma concreta, nos debruçamos sobre como o avanço da mineração na Zona da Mata mineira tem afetado a vida das comunidades, e das mulheres de forma particular, bem como, as formas como essas sujeitas têm respondido à esta ameaça. Diante de uma masculinidade hegemônica que tenta se impor, afirmamos o protagonismo das mulheres numa resistência ativa e decisiva para a disputa pelos territórios, operada em diferentes escalas

interconectadas. Como respostas e alternativas aos projetos neoextrativistas que ameaçam as comunidades, constatamos que, em processo, a agroecologia tem sido adotada como narrativa e como práticas concreta pelas mulheres.

Palavras-chave: Conflitos ambientais; Neoextrativismo; Mineração; Feminismo; Agroecologia.

Gender, neoextractivism and agroecology: Feminist perspectives on environmental conflicts

Abstract

The ways of life of traditional, peasant and family farming peoples and communities and various other local, urban and rural groups, with their specific forms of material and symbolic appropriation of nature, have been increasingly exposed to the logics of capitalist and mercantile extraction of labor and nature, resulting in environmental conflicts that impact their territories in different ways. In the 21st century, neo-extractivism expresses this particular form of capitalist dispossession, with strong state involvement. In the field of studies on environmental conflicts and neo-extractivism, the use of the "class" variable as an explicative dimension of environmental inequalities predominates and, as a result, the notable under-representation of important analytical categories such as gender, race and ethnicity. In order to reposition these analyses, the article takes a feminist perspective on the way in which neo-extractivist projects penetrate territories and combines an approach, at different scales, to the resistance led by women. Specifically, we look at how the advance of mining in the Zona da Mata region of Minas Gerais has affected the lives of communities, and of women in particular, as well as the ways in which these subjects have responded to this threat. Faced with a hegemonic masculinity that is trying to impose itself, we affirm the leading role of women in an active and decisive resistance to the dispute over territories, operated on different interconnected scales. As responses and alternatives to the neo-extractivist projects that threaten communities, we see that, in the process, agroecology has been adopted as a narrative and as concrete practices by women.

105

Keywords: Environmental conflicts; Neo-extractivism; Mining; Feminism; Agroecology.

Género, neoextractivismo y agroecología: Perspectivas feministas sobre los conflictos ambientales

Resumen

Los modos de vida de los pueblos y comunidades tradicionales, campesinos y de agricultura familiar y de otros diversos grupos locales, urbanos y rurales, con sus formas específicas de apropiación material y simbólica de la naturaleza, han estado cada vez más expuestos a la lógica de la extracción capitalista y

mercantil del trabajo y de la naturaleza, resultando en conflictos ambientales que impactan de diferentes maneras sus territorios. En el siglo XXI, el neoextractivismo expresa esta forma particular de desposesión capitalista, con fuerte participación del Estado. En el campo de los estudios sobre conflictos ambientales y neoextractivismo predomina el uso de la variable “clase” como dimensión explicativa de las desigualdades ambientales y, como resultado, la notable subrepresentación de importantes categorías analíticas, como género, raza y etnia. Para reposicionar estos análisis, el artículo trae un análisis feminista de la forma en que los proyectos neoextractivistas penetran en los territorios y combina un abordaje, a diferentes escalas, de la resistencia protagonizada por mujeres. Específicamente, analizamos cómo el avance de la minería en la Zona da Mata de Minas Gerais ha afectado la vida de las comunidades, y de las mujeres en particular, así como las formas en que estas sujetas han respondido a esta amenaza. Frente a una masculinidad hegemónica que intenta imponerse, afirmamos el papel protagónico de las mujeres en la resistencia activa y decisiva a la disputa por territorios, operada en diferentes escalas interconectadas. Como respuestas y alternativas a los proyectos neoextractivistas que amenazan a las comunidades, encontramos que, en proceso, la agroecología ha sido adoptada como una narrativa y como prácticas concretas por parte de las mujeres.

Palabras clave: Conflictos ambientales; Neoextractivismo; Minería; Feminismo; Agroecología.

Introdução

106

Os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, de comunidades camponesas e da agricultura familiar e de vários outros grupos locais, urbanos e rurais, com suas formas específicas de apropriação material e simbólica da natureza, têm sido expostos, cada vez mais, às lógicas de extração capitalista e mercantil do trabalho e da natureza, traduzindo-se em conflitos ambientais que impactam de distintas maneiras seus territórios. Navarro e Composto (2014) apontam que a origem desses conflitos não é contemporânea e está na base da constituição do sistema-mundo capitalista e na atualização das estruturas de acumulação de capital, denominado por David Harvey (2004) como acumulação por despossessão.

Para algumas autoras dos campos teóricos do ecofeminismo e da ecologia política feminista, a origem dos conflitos está na estruturação de um sistema mundo capitalista e patriarcal, assentado em relações de poder desiguais, historicamente construídas, que subordinam tanto a natureza como a vida das mulheres nos territórios atravessados por esses conflitos. Conforme explicita Amaranta Herrero (2018, p. 22), esse sistema está

baseado em três elementos que se reforçam mutuamente: “*un patriarcado capitalista, una visión mecanicista del mundo y una cultura de la dominación y la violencia*”.

No século XXI, as disputas pelo controle do acesso e exploração dos recursos naturais se aprofundaram, nos marcos de uma ordem mundial política e econômica globalizada que avança na criação de mecanismos complexos de mercantilização e financeirização da natureza. Segundo Gilly e Roux (2009), as últimas quatro décadas evidenciaram o rápido aprofundamento das contradições do sistema, por meio da expansão – sem precedentes na história humana – da violência e da despossessão capitalista.

Na América Latina, o alto preço das *commodities* impulsionou um novo ciclo de crescimento econômico, com um forte papel do Estado na reprimarização da economia dos países, legitimada pela redistribuição de recursos para o financiamento de políticas sociais pelos governos progressistas. Baseado na exploração intensiva da natureza e no aprofundamento da inserção subordinada no mercado internacional, este modelo é denominado por Gudynas (2009) como neoextrativismo. A densidade, o dinamismo e a extensão desse processo conferiram uma especificidade a esse momento histórico, sustentado sobre um avanço científico-tecnológico que ampliou, a níveis antes inimagináveis, a escala de apropriação privada do trabalho das mulheres, do trabalho coletivo e da natureza (Gilly; Roux, 2009).

Nesse contexto, Acselrad (2004, p. 9) enfatiza a necessidade de instrumentos de análise mais adequados, para compreender a rede intrincada de processos socioecológicos e políticos que colocam “a natureza no interior do campo dos conflitos sociais”. No curso dos debates sobre conflitos ambientais, esta discussão conseguiu incorporar a abordagem de classe e raça, esta última ainda sub-representada. A raiz deste movimento está nas mobilizações realizadas nos Estados Unidos na década de 1980, que afirmaram as desigualdades sociais na distribuição dos riscos ambientais, dando origem à noção de injustiça ambiental (Acselrad, 2009). Nos Estados Unidos, nos anos 1980, surgiram também as primeiras mobilizações de mulheres em bairros periféricos, expondo

projetos que representavam sérios riscos à saúde ambiental, como um incinerador de lixo em Los Angeles, que ameaçava envenenar as e os moradores. Essas mobilizações destacaram a responsabilidade social atribuída às mulheres por questões de saúde ligadas à degradação ambiental, esboçando o vínculo entre a dominação das mulheres e da natureza que se tornaria o argumento central do ecofeminismo (Larrère, 2017).

No século XXI, a Ecologia Política Feminista Latino Americana (EPFLA) aprofundou a análise da relação com a natureza, desenvolvendo a crítica aos processos neoextrativistas e seus efeitos sobre as dinâmicas sociais locais e a exacerbação das desigualdades ambientais, em especial para as mulheres (Ulloa, 2020). Em suas análises, várias autoras da EPFLA se basearam nas economistas feministas materialistas, que evidenciaram a existência de uma base material para as desigualdades de gênero: a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009). Ambas as correntes, também afirmam o caráter androcêntrico da economia capitalista que, centrada nas relações mercantis, invisibiliza uma enorme quantidade de trabalho não remunerado – atribuído socialmente às mulheres – necessário para sustentar a vida, como o trabalho doméstico e de cuidados, inclusive os cuidados socioambientais.

Desde essa perspectiva crítica, a EPFLA contribui para reposicionar as análises sobre a origem do problema da crise climática e ambiental. É preciso tornar evidente o caráter antropro e androcêntrico do capitalismo e sua incompatibilidade com a manutenção da vida no planeta. Além disso, é necessário demonstrar as resistências e alternativas construídas nos territórios, dando visibilidade ao papel das mulheres e questionando as condições de transformação das práticas e relações de gênero.

Com base nesses debates, neste artigo buscamos reposicionar a compreensão de como os projetos neoextrativistas penetram nos territórios rurais, gerando conflitos e resistências, mas também adaptações, na forma da inserção de alguns sujeitos nesses projetos, como homens camponeses arrendando ou vendendo sua terra ou força de trabalho. Para isso, combinamos uma perspectiva feminista – atenta à forma como tais

projetos utilizam os papéis sociais masculinos e femininos – a uma abordagem das resistências através da agroecologia.

Uma das definições amplamente utilizadas para a agroecologia enfatiza sua natureza transdisciplinar e seu caráter multidimensional, reconhecendo-a como ciência, como um conjunto de práticas e como movimento social (Wezel et al, 2009; Wezel et al, 2020). No entanto, o conceito de agroecologia adotado aqui incorpora sua dimensão espiritual, invisível à natureza (Toledo, 2022) e o questionamento às relações sociais baseadas na subordinação de classe, de gênero, de raça e LGBTfóbicas, conforme propõe o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA).

Ao desafiar as relações de poder patriarcais e capitalistas, esta concepção da agroecologia possibilita interfaces com a EPFLA que analisa a implantação e os impactos do neoextrativismo desde uma visão crítica de gênero. Esta dupla extensão nos permite compreender que os projetos neoextrativistas penetram nas comunidades e nas famílias, integrando os homens através de promessas de renda e emprego, utilizando sua função social como provedores. Já as mulheres agricultoras, desempenham um papel central em resistências, muitas vezes silenciosas, como as práticas agroecológicas. Estas, sob algumas condições, podem ser consolidadas e politizadas através da articulação com organizações e movimentos sociais.

A abordagem dos conflitos e resistências socioambientais deve, portanto, complexificar as escalas dos territórios, para integrar a das comunidades e das famílias, onde estão intimamente ligadas às relações de gênero como relações de poder. Para operacionalizar esse recorte analítico, além de revisar a literatura específica e articular teorias e conceitos-chave (neoextrativismo, conflitos ambientais, (eco)feminismo e agroecologia), este trabalho lança mão de referências empíricas na produção das análises. Aborda as questões levantadas em diferentes escalas, como o comunitário e o familiar, algo ainda pouco contemplado na literatura sobre neoextrativismo e conflitos ambientais.

Para tanto, mobiliza dados do projeto GENgiBRe, “Relação com a natureza e igualdade de gênero: uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil”.¹ Este tem como objetivo compreender a relação das agricultoras agroecológicas com a “natureza” e o papel desempenhado por esta relação no engajamento dessas mulheres na defesa dos territórios.

Operando nos marcos de uma ciência emancipatória, visando contribuir para os processos de mobilização e transformação social feminista e agroecológica, temos produzido conhecimentos junto de mulheres agricultoras familiares e quilombolas que enfrentam conflitos ambientais. Assim, configuramos nossa pesquisa como uma contribuição para essa ação transformadora. Construimos nossa posição de pesquisa dentro dessa ação, como indispensável para apreender os vínculos entre gênero, conflito ambiental e resistência, a partir da escala íntima das pessoas envolvidas.

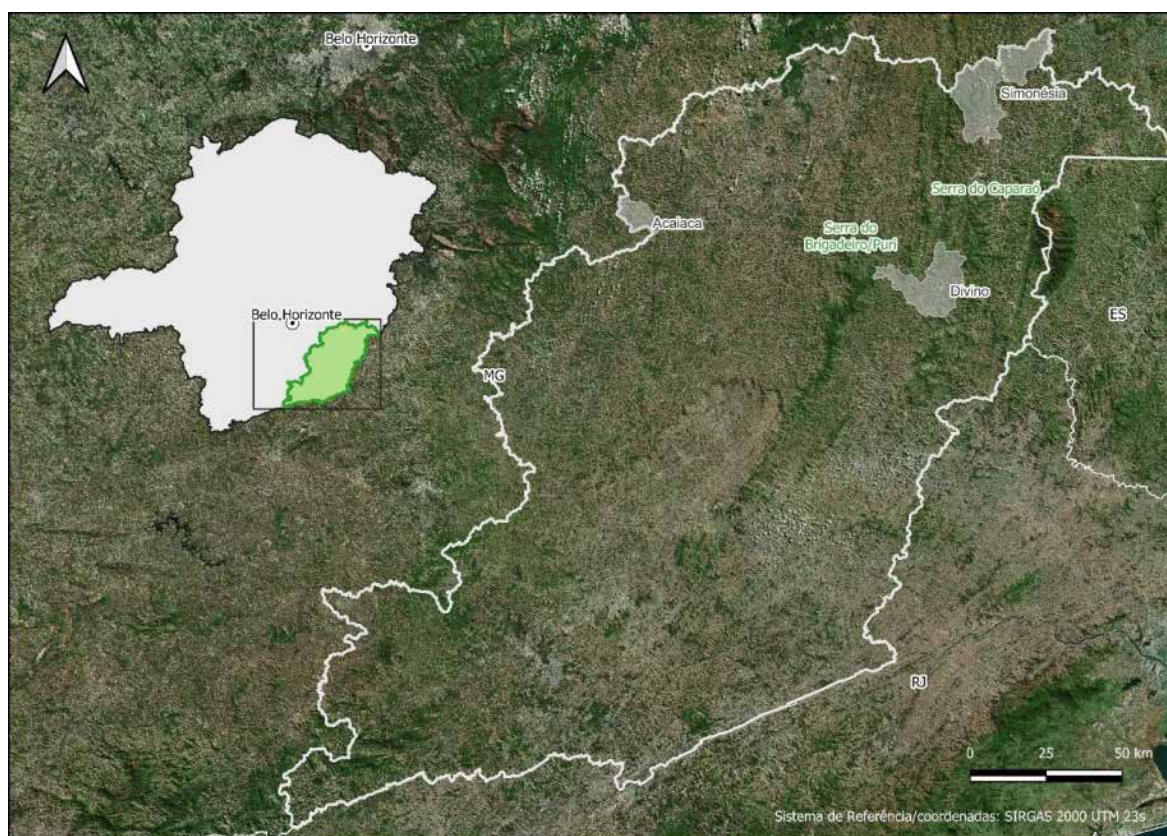
Neste projeto, e em projetos anteriores (Hillenkamp; Nobre, 2018), cunhamos o neologismo “pesquisação”, em uma palavra só, para designar essa abordagem, insistindo na inseparabilidade entre pesquisa e ação no cerne dessa perspectiva. Na Zona da Mata mineira, ilustrada no **Mapa 1**, as mulheres que integram a pesquisação pertencem a três municípios: Acaiaca, Divino e Simonésia.

Começando no nível mais íntimo dos conflitos ambientais e das resistências, a pesquisação GENgiBRe se realiza em três níveis, quais sejam: **Nível 1** – No espaço de trabalho e vida das agricultoras e das suas relações familiares e comunitárias; **Nível 2** – Nos territórios vividos e das territorialidades construídas a partir dos processos de organização coletiva das agricultoras; **Nível 3** – Nos espaços de construção e disputa dos territórios em escalas mais amplas, por meio dos processos de regulamentação do Estado, da ação de empresas, da organização de movimentos sociais etc.

¹ O projeto GENgiBRe é uma pesquisação financiada pela Agência Nacional de Pesquisa da França (ANR), sob coordenação de Isabelle Hillenkamp do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e executado em parceria com a Sempreviva Organização Feminista (SOF), de São Paulo, e com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, além de outros parceiros internacionais. A pesquisa vem sendo realizada em municípios do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, e da Zona da Mata mineira. Para este texto, são utilizados dados produzidos junto das agricultoras e suas organizações na Zona da Mata.

Para cada um desses níveis foram utilizadas diferentes metodologias, como o Etnomapeamento Feminista, as entrevistas com interlocutores/as chave e as Caravanas Agroecológicas e Feministas, descritas no Guia Metodológico do GENgiBRe (Hillenkamp org., 2022)². De diferentes perspectivas, as metodologias buscam evidenciar as denúncias, as resistências e as respostas das mulheres às ameaças ambientais. Neste texto, além dos etnomapeamentos e entrevistas, utilizamos dados produzidos coletivamente na Caravana Agroecológica e Feminista realizada na Zona da Mata mineira.³

Mapa 1 – Mapa de Minas Gerais com detalhe para a Zona da Mata e municípios envolvidos na pesquisa do Projeto GENgiBRe.



Fonte: Elaborado por Gustavo Soares Iorio (2024).

² O Guia Metodológico do GENgiBRe está disponível em <<https://gengibre.org/publicamos-nosso-guia-metodologico/>>. Acesso em 04/04/2024.

³ No projeto GENgiBRe foram realizadas duas Caravanas Agroecológicas e Feministas, uma na Zona da Mata mineira e outra no Vale do Ribeira, sendo elas registradas em vídeo e podcast, ambos disponíveis em: <<https://gengibre.org/category/sem-categoria/multimedia/>>. Acesso em 29/03/2024.

Por meio da pesquisação GENgiBRe, cujos dados foram produzidos entre julho 2021 e dezembro de 2022, temos identificado multiescalares e multifacetados conflitos socioambientais presentes nos territórios, e as particularidades das suas expressões na perspectiva das mulheres. Neste percurso, temos localizado e refletido coletivamente sobre as formas como estas sujeitas (coletivas) respondem às ameaças sociambientais, inclusive as mais íntimas, no interior das famílias camponesas; e produzem as resistências e respostas.

Para orientar a leitura, o texto está organizado em cinco partes, sendo esta introdução, seguida de três seções e as considerações finais. Na primeira seção apresentamos uma análise feminista sobre o neoextrativismo e os conflitos ambientais no contexto latino-americano, evidenciando a problemática da mineração e do novo capitalismo agrário e suas interfaces com a vida das mulheres. Na segunda seção, abordamos os conflitos ambientais na Zona da Mata mineira – particularmente os projetos neoextrativistas da mineração e da produção de café como *commodities* no contexto da agricultura familiar e camponesa. Também evidenciamos a presença ativa e organizada dos coletivos populares do campo na luta pela sua permanência digna e autodeterminada, com uma forte presença das mulheres. Na terceira seção, abordamos as resistências e respostas construídas pelas mulheres a partir da agroecologia.

1. Neoextrativismo e conflitos ambientais na América Latina: Reflexões desde uma perspectiva feminista transescalar

Entre distintas perspectivas analíticas, o conceito de conflitos ambientais, amplamente utilizado no campo acadêmico no Brasil, foi definido por Acselrad (2004, p. 18), como a manifestação de contradições internas aos modelos de desenvolvimento, não restritas às áreas de populações tradicionais, mas que envolvem igualmente processos de colonização dos ambientes urbanos e de mercantilização da natureza. De

modo convergente, para Viégas (2009, p. 146), conflito ambiental também pode ser entendido como luta de significações, “como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios”. Estas definições generalistas, no entanto, invisibilizam as desigualdades e interseccionalidades de classe, gênero, raça e etnia que marcam os conflitos ambientais.

As contradições dos modelos de desenvolvimento, que estão na origem do capitalismo, não resultam apenas das relações de expropriação da natureza e exploração do trabalho, em seu sentido abstrato, mas especialmente do trabalho das mulheres e de diferentes formas de dominação sobre seus corpos (Puleo, 2000; Herrero, 2018; Herrero, 2021; Ulloa, 2020). Silvia Federici (2019), denunciou a exploração do trabalho reprodutivo socialmente atribuído às mulheres e a privatização dos comuns a serviço do processo de acumulação capitalista. Ela estabeleceu uma relação determinante entre a globalização e a crise do capitalismo, as políticas de ajuste estrutural, especialmente nos países periféricos, e o recrudescimento das formas de exploração do trabalho e da natureza, que deixam de ser geridos como comuns.

Para instituir esse modo de produção, foi necessário separar as pessoas de seus meios de produção e reprodução da vida (Federici, 2019), para convertê-las em força de trabalho “livre” a ser explorada; e transformar a natureza em potenciais mercadorias. De fato, foi o processo de separação e hierarquização entre produção e reprodução social que criou a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009) e a configuração contemporânea de gênero (Connell, 1995). Além disso, foi necessário destruir todas aquelas “*relaciones sociales, constelaciones culturales y lenguajes de valoración no mercantiles para subsumirlas a la lógica unidimensional del mercado, el tiempo abstracto, el individualismo y la ganancia privada*” (Navarro; Composto, 2014, p. 34), pressionando a economia não mercantil, voltada para a reprodução da vida (Carrasco, 1999; Orozco, 2012; Federici, 2019).

Particularmente na América Latina na última década, Maristella Svampa (2017) propõe compreender os conflitos ambientais decorrentes dos processos econômicos em

curso na região, a partir da reatualização da dependência como um eixo fundamental de sua análise. A autora chama a atenção para o crescimento da presença econômica da China na região desde os anos 2000, alicerçada sobre bases assimétricas, e que contribui para consolidar o processo de reprimarização das economias latinoamericanas.

A manutenção e o aprofundamento da minério-dependência nos países com governos progressistas, em que os setores extrativistas passaram a ser um pilar central nas estratégias de desenvolvimento, foi denominada por Gudynas (2009) como neoextrativismo. Um novo estilo de extrativismo, cujo papel do Estado passa a ser mais ativo, com intervenções diretas e indiretas sobre os setores extrativos. Navarro e Composto (2014) propõem um alargamento desse conceito, afirmando que “[...] *las novedades del (neo)extractivismo atraviesan todo el arco político de los gobiernos regionales (incluyendo a los de signo conservador como México y Colombia, entre otros)*” (Navarro; Composto, 2014, p. 50-51).

O modelo de desenvolvimento baseado no neoextrativismo, contudo, não demorou a apresentar suas contradições, e uma série de críticas foram produzidas por movimentos sociais na defesa de seus territórios em toda a América Latina. Para Svampa (2017), tais críticas instalam um novo questionamento à ideologia do progresso, ilustrada pela expansão de megaprojetos extrativos. Estes, embora com seus distintos modelos, apresentam uma lógica extrativista comum:

[...] *gran escala, orientación a la exportación, ocupación intensiva del territorio y acaparamiento de tierras, amplificación de impactos ambientales y sociosanitarios, preeminencia de grandes actores corporativos transnacionales y tendencia a la democracia de baja intensidad* (Svampa, 2017, p. 56).

No contexto dessa pesquisa, propomos o alargamento do conceito de neoextrativismo para abarcar as múltiplas formas de sua expressão na escala da agricultura familiar e camponesa, como a exploração mineral de bauxita por meio de arrendamento de terras em pequenas propriedades ou a produção de café como

commodity. Não se trata, portanto, de megaprojetos extrativos, mas da lógica neoextrativista no contexto de pequenas propriedades da agricultura familiar e camponesa.

No Brasil sob o governo Bolsonaro, as transformações decorrentes do modelo de desenvolvimento baseado no neoextrativismo foram constitutivas do avanço de um neoliberalismo autoritário (Andrade *et al.*, 2021). Acompanharam esse processo o negacionismo climático, o conservadorismo e a oposição feroz ao feminismo, ao ambientalismo e aos direitos das mulheres e de povos e comunidades tradicionais. O desmonte do aparato regulatório no Brasil, a partir de 2019, foi favorecido pela aliança despudorada entre o governo Bolsonaro e os interesses de diferentes grupos econômicos. Para Acselrad (2022, p. 37), esse processo de “desambientalização” do Estado brasileiro é resultado da convergência, entre um antiambientalismo liberal e um antiambientalismo autoritário. A expressão recente mais simbólica desse modelo de desenvolvimento – capitalista, patriarcal e autoritário – foi o etnocídio do povo indígena Yanomami na Amazônia, fomentado pelo Estado por meio do garimpo ilegal, fato noticiado em várias partes do mundo.

115

Atualmente, com o novo governo Lula em 2023, a pauta ambiental ganha espaço, como parte da estratégia de retomada da agenda diplomática do Brasil. No entanto, o foco restrito à Amazônia e o desmatamento, negligencia outras problemáticas e biomas, como o Cerrado, o Pantanal e até a Mata Atlântica. Esta última, vale ressaltar, alvo da ação da especulação imobiliária, com a tentativa de alteração da Lei da Mata Atlântica no congresso nacional em maio de 2023.⁴

Ainda, as propostas apresentadas pelo governo para a proteção da Amazônia têm como foco as soluções de mercado, representadas pelo debate sobre bioeconomia. Neste processo, um novo ciclo de relações comerciais tem sido retomado com a China, com acordos que envolvem mais investimentos no agronegócio e o interesse na

⁴ Os deputados federais acrescentaram uma emenda, a uma Medida Provisória editada ainda no governo Jair Bolsonaro – que se limitava a prorrogar o prazo de adesão de imóveis rurais ao Programa de Regularização Ambiental – para flexibilizar a Lei da Mata Atlântica, possibilitando o aumento do desmatamento do bioma.

exploração mineral, no contexto da transição energética e climática. De acordo com Milanez (2021), as projeções já indicam a crescente demanda por alguns minerais como a bauxita, para a produção de alumínio, que pode trazer efeitos importantes sobre a Zona da Mata mineira, considerada a segunda maior reserva de bauxita do país (Magno et al., 2017).

Svampa (2017) evidencia também o novo capitalismo agrário, com sua combinação de transgênicos e agrotóxicos, como um dos modelos de megaprojetos extrativos – e como propomos nessa pesquisa, incluindo suas múltiplas expressões no contexto da agricultura familiar –, impulsionados em toda a América Latina pelos governos progressistas.

A associação particular entre a interferência direta das empresas nos ciclos naturais da vida e dos ecossistemas e as tecnologias de modificação genética, amplamente adotadas pelo agronegócio, mas também encontrada na produção de *commodities* pela agricultura familiar, é denominada por Margarida Mendes (2018) como “colonialismo molecular”.

Reforçando o argumento de um novo colonialismo baseado na manipulação genética e molecular, Larissa Bombardi (2017) evidencia a assimetria entre os países que mais utilizam agrotóxicos em todo o mundo – em geral os países do sul global, particularmente o Brasil – e os países exportadores de agrotóxicos e tecnologias associadas – como os organismos geneticamente modificados (OGM) – em geral a União Europeia, Estados Unidos e a China. Nominando tais assimetrias como colonialismo químico, a autora avança numa análise multiescalar. Com a transformação da agricultura em uma “imensa máquina de produção de *commodities* e agroenergia” e sua consequente concentração de terra e submissão de povos interiores e seus territórios à “uma grande miséria social e ecológica”, assevera a autora que, se são as nações do Sul global as mais afetadas, nelas, as “crianças, mulheres, povos indígenas, camponeses e trabalhadores rurais são os que mais sofrem” (Bombardi, 2023, p.13).

Esse modo de produção baseado na indústria extrativa mineral, a standardização e especialização produtiva, na manipulação genética, no uso intensivo de agrotóxicos, máquinas e equipamentos pesados e, atualmente, na digitalização da agricultura, são expressões do caráter antrope e androcêntrico da ciência moderna. Essas expressões sustentam uma forma de masculinidade que tenta impor seu caráter hegemônico – combinando ideal cultural e poder institucional - sobre as relações entre homens e mulheres, mas também sobre outros tipos de masculinidade. Conforme propõe Raewyn Connell (2014, p. 11), a masculinidade hegemônica pode ser entendida como a “configuração das práticas de gênero destinada a garantir a perpetuação do patriarcado e a dominação dos homens sobre as mulheres”. De maneira complementar, Bob Pease (2021, p. 58) afirma que “a masculinidade hegemônica implica domínio, competitividade, agressão e certeza, enquanto a vulnerabilidade, emocionalidade e incerteza são desacreditadas”.

Connell (2014, p. 123) propõe ainda o conceito de masculinidade marginalizada, para explicar a interação entre gênero e outras estruturas de prática social, como classe e raça. Masculinidade marginalizada é aquela em que se “utiliza certos temas da masculinidade hegemônica no nível da sociedade como um todo e os coloca em prática em um contexto de pobreza”. Estes conceitos permitem analisar as condições hierárquicas em que se dão as relações de poder entre os agricultores e agricultoras no âmbito familiar e comunitário; e, ao mesmo tempo, as assimetrias nas relações de poder entre agricultores e representantes das mineradoras e das corporações que controlam a produção de sementes e insumos químicos para a agricultura, que atuam no território.

Perpetuando relações coloniais, no cenário mundial, o Brasil assume papel de liderança nas exportações de *commodities*, como resultado da reprimarização da economia, que marca o modelo de desenvolvimento baseado no neoextrativismo. Nos territórios os impactos desse modelo são sentidos e vivenciados de modo diferenciado por homens e mulheres. Fruto da divisão sexual do trabalho, as mulheres são responsabilizadas socialmente pelos cuidados com a saúde e com a alimentação da

família, entre outras tarefas. Por isso, e corroborando com os dados produzidos no âmbito do Projeto GENgiBRe abordados na terceira seção deste artigo, é frequente a observação de que mulheres agricultoras se colocam contra o uso de agrotóxicos – seja nas lavouras ou no entorno de casa, onde cultivam alimentos e plantas medicinais (ACTIONAID, 2010). No mesmo sentido, são as mulheres que se preocupam com projetos que impactam as condições de vida, que poluem e intoxicam suas comunidades (INSTITUTO PACS, 2017).

Além disso, “[...] as experiências das mulheres influenciam as suas percepções e valores em torno dos próprios conflitos e formas de resistência” (Furtado; Andriolli, 2021, p. 68). No âmbito do Projeto GENgiBRe isso foi evidenciado, como veremos na terceira seção desse artigo. Em relação às diferenças de percepções de homens e mulheres sobre os impactos da mineração no município, uma liderança afirmou que:

[...] no que diz respeito ao cuidado com a família ou com a vida, a percepção mais fina, dá água, da comida, a gente percebe as mulheres com certeza levantando esta questão [...] agora os homens muitas das vezes trazem a pauta, assim, do dinheiro ‘ah, não compensa de fato trazer a mineração para cá, porque a gente vê que não está gerando tanto emprego nada, [...] daqui a pouco a gente então perde a nossa agricultura, a nossa terra’ [...] (Liderança 1, 2022).

118

Essas percepções são influenciadas pelo contexto de uma tensão crescente com as populações afetadas que, como chamam a atenção Zhouri e Laschefski (2010), são decorrentes do aprofundamento da dependência econômica do país em relação aos bens primários do setor extrativo, particularmente entre 2000 a 2010. Ulloa (2020) enfatiza que esses processos envolvem particularmente as mulheres, pois, neste momento histórico, são acompanhados de diferentes formas de violência e opressão baseadas no gênero.

Conforme Furtado e Andriolli (2021), diferentes formas de violação estão sendo promovidas pelos grandes projetos de investimento, como a estruturação de um sistema de exploração dos corpos das mulheres e meninas – mas também dos trabalhadores

contratados por essas empresas ou por empresas terceirizadas do setor; a maior sobrecarga com o trabalho doméstico e de cuidados, decorrentes da degradação ambiental e do agravamento das condições de saúde; e, inclusive, a negação do reconhecimento das mulheres como atingidas.

Cada vez mais, acadêmicas e militantes dos movimentos sociais chamam a atenção para a persistente invisibilidade das análises feministas sobre os conflitos ambientais e sobre o neoextrativismo no Brasil. Nesse campo de estudo, há uma convergência ao afirmar que os impactos sociais e ambientais da atuação das corporações, na sua relação com o Estado, não são democráticos; são desigualmente distribuídos e afetam particularmente as populações mais vulneráveis, entre elas, as mulheres e negras (INSTITUTO PACS, 2017; Furtado; Andriolli, 2021; Rodin, 2021).

Na interseção das dimensões de gênero e etnia, Cristina Cielo e Nancy Carrión Sarzosa (2019), ao analisarem os impactos de um megaprojeto petrolero sobre comunidades indígenas na Amazônia Equatoriana, evidenciaram a correlação entre as transformações das relações entre as pessoas e a natureza e das relações socioeconômicas de gênero. Antes da instalação do megaprojeto petrolero, as relações mais amplas de cuidado, reproduzidas por homens e especialmente pelas mulheres, eram valorizadas e direcionadas à reprodução de suas comunidades humanas, mas também de plantas, animais, rios, bosques e de sua espiritualidade.

Com a incorporação de algumas comunidades ao circuito petrolero, as atividades relacionadas à reprodução social e ecológica de suas comunidades foram desvalorizadas e reduzidas às esferas familiar e doméstica, limitando os territórios e territorialidades configurados pelas mulheres. Além disso, ficou demonstrado que as desigualdades de gênero limitaram a autonomia e as possibilidades de autodeterminação das mulheres para a reprodução de seus modos de vida – em estreita interdependência com a natureza –, em função da ampliação da dependência do trabalho assalariado dos homens, imposta pelo megaprojeto.

Um estudo de caso realizado em Minas Gerais, concluiu, de maneira semelhante, que a ausência de empregos destinados às mulheres por alguns projetos extrativistas, gera uma condição de vulnerabilidade específica para elas, pelo aumento da dependência em relação aos salários dos homens e a desvalorização e não reconhecimento do seu trabalho. Além disso, há um aumento de problemas psicológicos, emocionais e materiais nos territórios de mineração, que sobrecarrega as mulheres. Por serem invisibilizados, estes efeitos resultam no aprofundamento das relações de dominação e opressão de gênero (INSTITUTO PACS, 2021).

Os casos apresentados e sua contribuição analítica evidenciam os papéis sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho como estruturantes dos processos de expropriação da natureza e de dominação das mulheres. A produção dessa estrutura de prática social baseada na violência e nas hierarquias entrelaçadas de gênero, classe, raça e etnia é constitutiva do neoextrativismo como processo de aprofundamento da acumulação de capital baseada na despossessão. Demonstra, portanto, a necessidade de aprofundar o debate sobre os conflitos ambientais e o neoextrativismo no Brasil, numa perspectiva feminista, superando o debate importante, porém generalista, focado apenas nas relações de classe.

2. Os conflitos ambientais em torno da mineração da bauxita e da produção do café como commodity na Zona da Mata de Minas Gerais

Em diálogo com processos e realidades mais amplas experimentadas em contextos atravessados pelo neoextrativismo, no percurso do projeto GENgiBRe, temos evidenciado e elaborado coletivamente, desde uma perspectiva feminista, uma série de reflexões sobre a forma particular de sua expressão no contexto da Zona da Mata mineira. Nesta seção, avançando para a escala territorial, apresentamos dados e análises, produzidas junto de mulheres agricultoras do campo agroecológico, que evidenciam a

articulação entre o extrativismo mineral e o capitalismo agrário no contexto da agricultura familiar.

Em visita à uma área minerada pela CBA – Companhia Brasileira de Alumínio em uma comunidade rural no município de Miraf-MG, por ocasião da I Caravana Agroecológica e Feminista da Zona da Mata, em julho de 2022, observamos uma paisagem completamente devastada. Logo acima de algumas das casas, tratores trabalhavam incessantemente, cavando a terra em busca da bauxita, matéria-prima para a extração do alumínio. Também compunham a paisagem, partes dos morros com grandes degraus, este resultado da exploração da bauxita, áreas teoricamente recuperadas pela CBA.

Pelas estradas, era intensa a movimentação de caminhões carregados de minério que seguiam para o local onde seria lavado e depositados os rejeitos na barragem (está também localizada na comunidade), bem como a circulação de caminhões pipa, molhando as estradas para mitigar os efeitos da poeira, exigência imposta às empresas mineradoras. Nestas mesmas estradas, os poucos encontros com pessoas do lugar, foram marcados pelo silêncio, por olhares de desconfiança, situação muito distinta daquela encontrada em diversas comunidades rurais da região.

Por todo percurso nesta rota da Caravana, uma diversidade de placas indicando rotas de fuga, pontos de encontro, restrições de uso e controle do espaço, afirmam o tipo de territorialidade produzida pela empresa mineradora. A visita é impactante para as mulheres presentes, algumas delas agricultoras que vivem em regiões assediadas por mineradoras. Foi o caso da comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino-MG, integrante da pesquisa GENGiBRe. Desperta emoções ao acirrar o medo cotidiano vivenciado por algumas delas. Ao mesmo tempo, fortalece entre elas a necessidade de estarem alertas e cada vez mais organizadas e ativas no enfrentamento ao avanço da mineração.

Com características particulares e cada vez mais profundas e violentas na Zona da Mata mineira, as interfaces entre mineração e a história da região remontam o período

da ocupação colonial. Ao longo dos séculos XVI e XVII, os povos que originalmente habitavam a região, sobremaneira povos das etnias Puri, Coroados, Coropós e os Botocudos, foram violentamente dizimados, expulsos ou marginalizados pelas bandeiras à procura de ouro, prata e pedras preciosas. Conforme afirmam Silva e Iorio (2022), este pode ser considerado o primeiro conflito socioambiental envolvendo a mineração nesta região.

Ainda que a invasão colonial avançasse na região, a ocupação desta porção do estado de Minas Gerais foi limitada pelo governo como forma de garantir o controle da circulação de pessoas e mercadorias entre a região das minas e o litoral (Paula, 2005). Área coberta pela Mata Atlântica e com a presença abundante de água, a densa cobertura florestal e o relevo íngreme e acidentado possibilitaram a permanência de populações indígenas e a constituição de quilombos pela população negra que negava sua condição escravizada, explorada nas minas e nas fazendas.

A partir da segunda metade do século XIX intensifica-se o povoamento da região em decorrência do surgimento de grandes fazendas de café, por meio da concessão de sesmarias. Este fenômeno, aliado à apropriação de pequenos lotes de terra, em regime de posse, por produtores familiares, marcaram fortemente a estrutura agrária da Zona da Mata. Já no século XX, o esgotamento da fertilidade do solo pelo cultivo do café promoveu, em alguns municípios, a substituição das lavouras pelas pastagens, para a criação de gado de corte e produção de leite.

No entanto, as condições de relevo da Zona da Mata associadas à uma estrutura fundiária em que predominam pequenas propriedades, dificultaram o avanço do modelo de modernização conservadora da agricultura, conhecido como Revolução Verde. Desse processo histórico se constitui uma agropecuária de base familiar e tradicional característica da Zona da Mata, que orienta a formação socioeconômica, cultural e política desse território (Schmitt, 2016).

A partir da década de 1960, com a crise da economia cafeeira e a ascensão de um processo de industrialização do país, a companhia Belgo Mineira se instala em uma

porção do território, promovendo a supressão da vegetação nativa para a introdução do eucalipto em monocultivo, visando o abastecimento da atividade siderúrgica. Ao mesmo tempo, no contexto da Ditadura Militar, o processo de modernização conservadora da agricultura teve, como um de seus desdobramentos, a implantação de programas governamentais voltados à recuperação do setor cafeeiro por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

O Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), a partir da década de 1970, promoveu a disseminação de novas variedades e a utilização intensiva de adubos químicos e agrotóxicos, por meio da disponibilização de recursos creditícios e assistência técnica pelo Estado. No entanto, o que ocorreu na Zona da Mata foi a adoção seletiva das chamadas “tecnologias modernas”, com destaque para a adubação química. Ainda durante a Ditadura, a partir da década de 1980, a região passa a ser objeto de disputa pelas mineradoras, com sua presença concreta no território. É neste contexto que a CBA inicia as pesquisas minerárias no Brasil, para identificar novas reservas de bauxita. Neste período, na Zona da Mata, a CBA identifica e adquire os direitos de parte do que é, atualmente, como mencionamos há pouco, a segunda maior reserva de bauxita do país (Magno et al., 2017). Como relatou uma importante liderança na região, integrante da Comissão Regional de Enfretamento à Mineração da Serra do Brigadeiro, mulher de origem camponesa, a entrada das mineradoras nas propriedades para a realização de pesquisas nem sempre acontece com a autorização das famílias, violação que segue acontecendo e sendo denunciada pelas famílias agricultoras na região (Campos, 2023).

Além da CBA, na porção central do território, duas outras empresas detêm direitos minerários para a exploração de bauxita na Zona da Mata: Norsk Hydro, ao sul, e, na porção norte, a Mineração Curimbaba S. A.. Para o foco desse trabalho, são particularmente relevantes as ações da CBA e da Mineração Curimbaba S.A., que ameaçam os municípios de Simonésia e Divino, envolvidos na pesquisação GENgiBRe. O avanço da mineração em toda a Zona da Mata vem sendo estudado por pesquisadores e

pesquisadoras críticos, embora haja uma concentração de estudos e pesquisas no entorno da Serra do Brigadeiro.

Como apontam Coelho e Iorio (2021), a Zona da Mata mineira pode ser considerada como uma *nova fronteira mineral*, área de expansão da mineração para além daquelas já tradicionalmente mineradas. Expressa a incorporação de novos territórios pelas mineradoras em um cenário de aprofundamento da atividade mineral na América Latina e, especialmente no Brasil, que renunciou “aos esforços industrializantes que vinham sendo empreendidos desde a primeira metade do século e aceitou, em nome de uma pretensa inexorabilidade da globalização, o papel de exportador de *commodities*” (Coelho; Iorio, 2021. P.2).

O avanço da mineração na Zona da Mata mineira integra o processo de reprimarização da economia, conforme apontado por Svampa (2017), e sua consequente superexploração da natureza e do trabalho, em territórios de diferentes países da América Latina. Tal processo gera e amplia, a pauperização dos municípios, incorporando-os e subordinando-os à dinâmica do capital global. Esses lugares são reorganizados segundo as lógicas e necessidades de produção de mercadorias e reprodução de capital. Como objetivo, pretende-se diminuir os custos da produção das mercadorias a serem consumidas no centro do sistema-mundo (Coelho; Iorio, 2021). Deste modo, verdadeiros territórios corporativos vão sendo estabelecidos, nos quais “[...] o acesso e o controle de recursos, do sistema logístico, de propriedades rurais e urbanas, etc é essencial para as empresas, que acabam por produzir uma territorialidade que restringe ou impede o acesso de pessoas a determinadas áreas” (Iorio; Magno, 2019, p. 36).

Dessas disputas, emergem conflitos diversos, nos quais estão particularmente implicadas as mulheres agricultoras e também alguns homens, envolvidos com entidades representativas da agricultura familiar, associações, cooperativas e movimentos sociais engajados na rede de agroecologia do território. Juntos, estes sujeitos políticos lutam pelo reconhecimento da agricultura familiar – em sua diversidade étnico-racial – e da

agroecologia, como modos de vida particulares, que reproduzem lógicas distintas de ordenamento econômico e territorial, daquelas assentadas sob a lógica neoextrativista da mineração.

Ao mesmo tempo, protagonizam as formas organizativas para o enfrentamento à mineração no nível local, a partir da mobilização de suas comunidades e de atividades no âmbito municipal, articuladas por suas organizações (sindicatos, associações, cooperativas, pastorais da igreja católica entre outras) como as reuniões dos núcleos municipais de enfrentamento à mineração, ações de incidência política nas câmaras municipais e junto às prefeituras etc. Como exemplo, as lutas travadas na Serra do Brigadeiro e estendidas a outros territórios no Brasil, desde o início dos anos 2000, evidenciaram como estratégica a proposição de leis municipais de proteção do patrimônio hídrico, como forma de construção de Territórios Livres de Mineração (Castro et al., 2020).

No entanto, nas escalas mais amplas de mobilização, como as duas Comissões Regionais de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro e do Caparaó, embora com presença expressiva, as mulheres enfrentam maiores limitações para a sua participação, como denunciam as lideranças do Caparaó. Desde os dias e horários de reuniões, que por vezes desconsideram as dinâmicas do trabalho doméstico e de cuidados; a fragilidade das organizações no que se refere às políticas de gênero para a participação das mulheres em processos organizativos; até a precariedade de recursos para viabilizar as atividades em nível territorial mais amplo, são elementos que reforçam a condição subordinada das mulheres, dificultando a sua participação nas instâncias mais amplas de luta e mobilização.

Tais percepções nos motivam a olhar, analisar e visibilizar a luta das mulheres em diferentes escalas na América Latina, de modo a evidenciar a multiplicidade e as particularidades das resistências e respostas produzidas por elas no contexto dos conflitos ambientais.

3. Mulheres mobilizando resistências e respostas feministas frente aos conflitos ambientais

As mulheres têm protagonizado resistências e produzido respostas que ainda permanecem pouco visíveis, embora sejam decisivas para o enfrentamento aos conflitos ambientais na América Latina. A luta das mulheres da Amazônia equatoriana contra o modelo de desenvolvimento neoextrativista e as mudanças climáticas, é reconhecida pela radicalidade de suas lideranças. Conforme afirma Lisset Coba (2021, p. 56), *“las mujeres lavan, se bañan, conversan en los ríos, construyen temporalidades basadas en los ciclos de la lluvia, en el metabolismo del agua que nutre los cuerpos que habita”*. Segundo esta autora, é a vontade de vida que move as(os) agentes da insurreição: *“[...] mover, movilizarse, romper el miedo, el silencio, reconocer la agencia de todos los seres, poner límites a la explotación de cuerpos, a la acumulación y colonización [...]”* (Coba, 2021, p. 56).

126

O caso das camponesas de *centro poblado El Tambo*, descrito por Peñafiel (2015) também destaca o papel das mulheres na resistência contra um projeto minerário a céu aberto que seria instalado na região de Conga, com apoio do governo peruano. Este projeto sacrificaria quatro lagoas interligadas, que abastecem a população de *centro poblado El Tambo* e garantem as condições para o cultivo de batatas, principal fonte de alimento do território.

A participação das camponesas no preparo da alimentação que sustenta os acampamentos para vigiar o território e os processos de mobilização mais amplos, foram fundamentais para enfrentar o projeto minerário. Em função da divisão sexual do trabalho, a responsabilidade de preparar todas as refeições, durante as atividades coletivas de mobilização e articulação políticas da comunidade com outros atores, foi assumida pelas mulheres. Isso lhes demandava acordar às 4h da manhã e seguir trabalhando o dia todo cozinhando, descascando, lavando, até a janta. Essas formas de luta, silenciosas, ainda que decisivas para a defesa dos territórios, e para sustentar os modos de vida comunitários, tradicionais, frente ao avanço do capital sobre as diferentes

esferas da vida, tem sido inegavelmente invisibilizadas pelas abordagens hegemônicas sobre os conflitos ambientais.

Na Zona da Mata de Minas Gerais, conforme citado anteriormente, a produção de café como cultivo comercial teve impulso na década de 1970 com o investimento do Estado, por meio do Instituto Brasileiro de Café (IBC), na disponibilização de recursos creditícios e assistência técnica ao setor cafeeiro, oriundos do Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC). Esses incentivos estimularam a incorporação do monocultivo de café pela agricultura familiar, conforme apontam as agricultoras no município de Simonésia, no âmbito do projeto GENgiBRE.

Atualmente, a lavoura de café predomina na paisagem, como uma situação bastante típica. No entanto, pelo posicionamento marcadamente feminista das pesquisadoras, e a partir da relação de confiança estabelecida com as agricultoras através da abordagem de pesquisa GENgiBRE, foi possível desvelar a dimensão da diversidade de ambientes e subsistemas no interior das propriedades. Evidenciou-se que o entorno da casa concentra a maior diversidade, seja no cultivo de plantas alimentícias, ornamentais e medicinais, ou na criação animal, cujo trabalho, em geral, é realizado pelas mulheres. Contudo, apesar de sua contribuição econômica decisiva para a sustentação das famílias pelo autoconsumo e, muitas vezes, também pela sua inserção em mercados, essas atividades são invisibilizadas e desvalorizadas, pois são consideradas uma extensão do trabalho doméstico (Faria, 2009) e costumam ocupar pouco espaço agrícola (o quintal, ao redor da casa) ou espaços intersticiais (como as “ruas” do café).

Essa dicotomia, entre uma lavoura muito extensa de café com pouca diversidade, cuja produção está sob responsabilidade dos homens, e uma área muito pequena com alta diversidade, cujos cuidados estão sob responsabilidade das mulheres, é produto da divisão sexual do trabalho. Os homens têm mais poder de decisão sobre o café, considerado a principal cultura comercial e fonte de renda; as mulheres são mais responsáveis pelo quintal, visto como uma extensão da esfera doméstica e da reprodução social.

Contrapondo essa percepção, estudos realizados na Zona da Mata de Minas Gerais demonstram que o valor da produção do quintal chegou a ser, em média, até duas vezes maior do que o do café nas mesmas propriedades (Oliveira, 2015; Oliveira et al., 2021). Apesar disso, por meio da divisão sexual do trabalho, os homens agricultores buscam acessar os atributos da masculinidade hegemônica, como a renda gerada pela integração aos mercados globais. Deste modo, tentam garantir sua dominação sobre as mulheres, embora eles próprios permaneçam, na realidade, marginalizados nesses mercados por sua condição de classe.

Ao longo do tempo essa engrenagem capitalista e patriarcal, se desenvolveu no território pela crescente incorporação das pequenas propriedades da agricultura familiar à rede global de produção do café. Esta lógica possibilita a naturalização das contradições impostas por grandes projetos de mineração, que inviabilizam a manutenção da cultura local e dos modos de vida nas comunidades, e que, por outro lado, passam a ser concebidos apenas como mais uma atividade produtiva no território.

128

Analisando-se o caso específico da ameaça da mineração de bauxita na Zona da Mata mineira, percebe-se uma estrita interface com o modelo de produção de café no contexto da agricultura familiar e camponesa. A partir dos anos de 1990, com as políticas neoliberais e a abertura comercial, o cultivo de café se insere na cadeia global de *commodity* ou, conforme propõe Dulci (2022), a uma rede de produção global. A lógica predominante neste modelo de produção se assenta na relação com mercados desvinculados de relações sociais, seja pela dependência da compra de adubos químicos e agrotóxicos para a produção, ou pelo principal destino ser a venda do café para a cadeia global de *commodity*.

Ao transformar o café em *commodity*, ou seja, em um produto padronizado cujo preço é determinado pela relação entre oferta e demanda em escala global, esse processo converte o valor da terra num valor mercantil, que os agricultores calculam como sendo o valor da venda da safra menos o valor dos insumos (adubo e agrotóxico) comprados no mercado. Não apenas o valor afetivo ou as relações não mercantis passam

a ser marginalizados pela produção do café como *commodity*, mas o próprio valor de uso agrícola da terra está se perdendo na especulação fundiária.

Os dados de campo do Projeto GENgiBRe mostram que este modelo de produção de café, sob uma lógica mercantilizada e neoextrativista, instrumentaliza masculinidades e feminilidades de modo a naturalizar e abrir caminhos para outros processos de mercantilização da natureza, expressa nesse caso pela mineração. Apropriando-se da estruturação das desigualdades de gênero na sociedade e produzindo essa estruturação, a estratégia das mineradoras ao chegarem no território é o diálogo com os “chefes de família”. Utilizam-se de seu papel socialmente atribuído como provedores, para prometerem emprego, ascensão social e econômica em troca do apoio à instalação do empreendimento minerário nas propriedades. O valor da terra, antes calculado com base na quantidade de pés ou de sacas de café produzidas, passa a ser calculado em dólares por tonelada de terra a ser minerada.

Na pesquisação GENgiBRe, um dos agricultores entrevistados no município de Simonésia relata que um vizinho recebeu uma oferta, da mineradora atuante no município, para arrendar uma parte da sua área cultivada com café para a exploração de bauxita à US\$1,00 (um dólar) por tonelada. À recusa do vizinho à oferta da empresa, o agricultor reagiu, dizendo que ele “podia ter ficado rico” (Agricultor 1, 2021). A mineradora se beneficia e reforça a posição subalterna do agricultor, baseada na relação de classe, para negociar o valor da terra. Ao negociar, estrita e diretamente, com os agricultores homens, a empresa aciona a forma hegemônica de masculinidade que concebe a terra como mercadoria, aproveitando a inserção desses agricultores na rede de produção global do café, como processo de construção dessa visão hegemônica.

A ameaça da mineração, antes de se instalar no território, afeta as mulheres emocional e psicologicamente como resultado da responsabilidade pelo cuidado e pela reprodução da vida, socialmente atribuída a elas. Por conta dessa responsabilidade elas se preocupam com a insegurança na comunidade, com o trânsito de veículos desconhecidos e o sobrevoo de drones em suas propriedades. As mulheres também são

afetadas pela abordagem direta feita por homens da empresa em suas residências. Uma das agricultoras, do município de Divino-MG, relatou ter sido abordada em sua casa, por um homem desconhecido, supostamente um técnico à serviço da empresa de energia elétrica do estado. Ela estava sozinha e, embora tenha sido pressionada para dizer onde o marido estava trabalhando no momento, não forneceu tais informações, com receio de que se tratasse de um representante da mineradora que, nas suas palavras, vem assediando as famílias.

Ao mesmo tempo em que as mulheres estão se sentindo ameaçadas, elas e alguns homens que recusam as ofertas dessas empresas, resistem e constroem respostas, afirmando a agricultura familiar e a agroecologia como alternativa à mineração e ao uso crescente de agrotóxicos e sementes transgênicas nos municípios ameaçados. A produção agroecológica, há cerca de quatro décadas, tem sido incentivada na região por organizações de assessoria, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), e por docentes e pesquisadoras/es de instituições de ensino e pesquisa públicos, em parceria com as organizações locais, como sindicatos e outras organizações representativas da agricultura familiar no território (Cardoso; Ferrari, 2006).

130

Nessa trajetória, a rede de agroecologia que se constituiu na Zona da Mata promoveu a organização econômica das famílias, tendo como base os princípios da agroecologia e da economia solidária. Agricultores e agricultoras se organizaram em associações, cooperativas da agricultura familiar, cooperativas de crédito solidário e em diferentes iniciativas de comercialização. Mobilizaram estratégias diferenciadas e complementares para a comercialização da diversidade de produtos, incluindo o café, por meio do acesso às políticas públicas do governo federal, da constituição de feiras agroecológicas nos municípios ou do acesso a mercados justos na capital, em municípios maiores, e até mesmo com a exportação de café para outros países.

Esse denso processo organizativo, protagonizado de forma importante por mulheres, conferiu o reconhecimento da Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica (Polo), por meio da Lei Estadual N° 23.207 de 2018, sendo a

primeira iniciativa desta natureza no Brasil. Como afirmou uma liderança na Caravana Agroecológica e Feminista da Zona da Mata, para construir a permanência digna e autodeterminada pelas famílias no campo, dizer não à mineração passa pela promoção da agroecologia, sendo o Polo um importante passo nessa direção.

Em nível nacional, esse processo também foi acompanhado por avanços na organização sociopolítica de mulheres trabalhadoras rurais, que impactaram o movimento sindical na década de 1990; e por um processo de auto-organização de mulheres no movimento agroecológico, amplificado com a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002 e com a constituição formal do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da ANA em 2004. Na Zona da Mata mineira, essas transformações resultaram num efervescente processo de auto-organização de mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical e impulsionou a incorporação da perspectiva feminista às reflexões e à ação do movimento agroecológico.

No Brasil, o conceito de agroecologia vem sendo radicalizado e dilatado pela confluência entre as reflexões teóricas e a ação política instituída pelo GT Mulheres da ANA. A agroecologia é compreendida como um projeto de vida, que busca transformar as relações patriarcais de gênero e utilitaristas com a natureza e romper com as relações de subordinação de raça e LGBTfóbicas, com base nos princípios da igualdade, da justiça e da solidariedade (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2018), extrapolando noções setoriais, academicistas e normativas que, muitas vezes, despolitizam o conceito e reduzem seu significado à produção sustentável de alimentos.

Ao desafiar as relações de poder patriarcais e capitalistas, esta concepção posiciona a agroecologia em oposição ao neoextrativismo e aos diferentes mecanismos de mercantilização e financeirização da natureza. As lutas e reivindicações feministas protagonizadas por mulheres, têm possibilitado a politização da agroecologia no Brasil, que passa a ser adotada como ação afirmativa na defesa dos territórios e como alternativa concreta aos conflitos ambientais e ao neoextrativismo.

No caso da Zona da Mata mineira, ainda que a agricultura familiar tenha incorporado o uso de agrotóxicos em seus sistemas de produção agrícola nos municípios em que a economia dominante é dependente do cultivo de café, há uma forte disputa pelo uso do território, desde a escala local à regional.

As agricultoras protagonizam as lutas no interior da família, quando se recusam a trabalhar com seus maridos ou a levar comida na lavoura se forem aplicados agrotóxicos, como ilustra a fala de uma agricultora no município de Divino/MG: “Eu não fui na lavoura, nem levar comida eu levo. Não fui na lavoura mais. Quando ele arou o terreno eu fui, mas depois de plantar o transgênico eu não vou mais [...]” (Agricultora 1, 2022).

E por outro lado, se ancoram na agroecologia para disputar milimetricamente as áreas destinadas à produção de alimentos, plantas medicinais e à criação de pequenos animais nas propriedades. Essa produção, resultado da luta silenciosa realizada pelas mulheres cotidianamente, é responsável por sustentar o autoconsumo das famílias. Por vezes, também possibilita o acesso a alimentos saudáveis por outras famílias na comunidade ou nos centros urbanos, por meio de outras economias baseadas em relações estendidas de reciprocidade (trocas e doações) e em mercados imersos em relações mais justas e solidárias (feiras e outros circuitos curtos de comercialização, políticas públicas de compras institucionais etc.).

132

Essa lógica da agroecologia, que produz saúde, vida e alimenta os processos de organização local, também é afirmada como resposta às ameaças da mineração de bauxita na região, como ilustra o relato de uma agricultora durante um dos encontros do Projeto GENgiBRe, em 2022:

Essa ideia do desenvolvimento ela é muito particular. O que é um local desenvolvido, né? Um local destruído não é um local desenvolvido. Agora um local que preserva centenas de sementes crioulas, igual é a nossa comunidade [...], prá gente é um local desenvolvido, né? A gente tem soberania alimentar, a gente tem água, a gente tem o conhecimento das plantas, da lua, da terra, a gente sabe trabalhar [...] pegar uma mandioca e transformar ela num polvilho. Isso prá mim é desenvolvimento. Esse é o desenvolvimento pelo menos que a gente precisa lá, isso prá gente já basta (Liderança 2, 2022).

Outros relatos também evidenciaram o papel protagonista das mulheres na promoção da agroecologia como resposta ao avanço dos agrotóxicos e à ameaça da mineração sobre o território. Como cita uma agricultora do município de Simonésia:

Diante desses desafios, seja do agrotóxico, seja da mineração, a gente buscou outras alternativas, né? Que é a produção agroecológica. Porque a mineração vem com uma fala que é: mas o agricultor tá sem renda! [...] Por que o café produz uma vez por ano, num período de 4 meses. E aí a gente [as mulheres] buscou outra alternativa, que é essa diversificação da produção. Que nós não produz só o café! Nós tem as frutas, legumes, hortaliças, mandioca, é de tudo, feijão, o arroz, o milho...isso tudo é alimento! Então, é uma alternativa e uma luta que a gente trava prá mostrar que o minério dá uma safra só e os alimentos não! (Agricultora 2, 2022).

Estes exemplos tornam evidente o papel decisivo das mulheres na construção das resistências e das alternativas para a defesa dos seus territórios. Por outro lado, diferentes exemplos na América Latina e no Brasil, demonstram uma tendência e gramática comuns das mulheres nas resistências aos conflitos ambientais na região. O exemplo da Zona da Mata mineira, no âmbito do Projeto GENgiBRE, permite entender a forma como a agroecologia tem sido mobilizada como resposta às ameaças dos projetos neoextrativistas, afirmando a existência de outras percepções, vozes, práticas e modos de vida nesses territórios.

No entanto, rejeitamos a perspectiva essencialista que busca atribuir o maior engajamento das mulheres nas lutas em defesa dos territórios, à sua suposta essência feminina inclinada ao cuidado. Reafirmamos que as mulheres se engajam em processos de resistência porque sua vida é condicionada pela divisão sexual do trabalho. Este é um fator decisivo que implica na sua exclusão ou marginalização de processos de mercantilização, como aqueles relacionados aos projetos neoextrativistas em curso nos territórios.

Por outro lado, a agroecologia tem se constituído como um elemento central nas lutas em defesa dos territórios porque, em seu sentido multidimensional, como movimento social, ciência e prática, reconhece e valoriza o trabalho realizado pelas mulheres e também por alguns homens, para a reprodução social, em estreita interdependência com os outros elementos da natureza.

Ademais, compreendemos que a organização política é uma condição fundamental para que algumas mulheres se engajem nessas lutas. Ao mesmo tempo, a ampliação do seu envolvimento na defesa de seus territórios depende da capilaridade que a agroecologia adquire como processo de organização política. Assim as mulheres afirmam que, em última instância, o que está em disputa é o valor da terra, da produção e do trabalho para a vida e não apenas para o mercado.

Por sua vez, os homens se envolvem nos processos de resistência na medida em que, por meio da politização em suas organizações, na igreja católica e no movimento agroecológico, também passam a reconsiderar esses valores. Apesar disso, tendem a ter uma visão mais estreita do que as mulheres, por não exercerem a mesma responsabilidade social pelo cuidado e reprodução da vida. Nesses processos, passam a questionar as bases da sua própria masculinidade, procurando saídas para as relações de hegemonização pelo mercado.

Nossos resultados reforçam a potência teórico-política e a necessidade de visibilizar e compreender o papel das mulheres e das desigualdades de gênero – na interseccionalidade com os marcadores de classe, raça e etnia – para o enfrentamento dos conflitos ambientais. Também demonstram a centralidade da agroecologia como resposta aos projetos neoextrativistas no contexto da agricultura familiar e camponesa, por meio da afirmação de modos de vida comunitários e tradicionais que reiteram o compromisso com a vida.

Considerações finais

O presente texto demonstrou que as análises críticas sobre os conflitos ambientais e o neoextrativismo, de modo geral, estão centradas numa perspectiva de classe para explicar as desigualdades nos conflitos ambientais nos territórios. A partir de uma análise de gênero desde uma perspectiva feminista, apontou-se a necessidade de exercitar um duplo movimento: incorporar a perspectiva feminista interseccional às análises e, para tanto, desenvolver uma abordagem em diferentes escalas, desde o nível microsocial, das relações de poder no âmbito familiar, aos níveis mais amplos das disputas pelo território e dos mercados globalizados.

Compreendemos, no entanto, a dificuldade da produção de pesquisas que consigam acessar os níveis mais íntimos da vida intrafamiliar e a voz das mulheres agricultoras. A pesquisação do GENgiBRe e, certamente, outras pesquisas realizadas no campo da EPFLA, possibilitou esse nível de acesso às informações muito sensíveis, em função de relações de confiança previamente estabelecidas com lideranças comunitárias e de organizações locais, e também construídas com as sujeitas ao longo do tempo.

Deste modo, este trabalho evidenciou como as desigualdades de gênero – como relações de poder – sustentam a penetração dos projetos neoextrativistas em territórios rurais. Por um lado, a masculinidade hegemônica, que se assenta na norma social do homem como o “chefe” e único provedor da família, é usada para permitir a implementação dos projetos neoextrativistas nos territórios. Como consequência, a autoridade da decisão a respeito desses projetos acaba sendo compartilhada entre homens (agricultores e representantes das empresas, por exemplo), de forma desigual em função da classe social, muitas vezes associada à diferenciação de raça ou étnica.

Por outro lado, esta pesquisação tornou visível o papel das mulheres – condicionado pela divisão sexual do trabalho – na resistência a projetos que solapam as condições de reprodução da vida e afetam diretamente a própria viabilidade de manutenção dos modos de vida das comunidades.

As referências empíricas detalhadas do projeto GENgiBRe, mostraram como os modelos mercantilizados de produção de café e de mineração, assentados sobre uma estrutura comum de imbricação entre o capitalismo e o patriarcado, criam um ambiente favorável à naturalização dos processos de mercantilização da natureza e do aprofundamento da opressão das mulheres.

Por outro lado, em diferentes contextos e escalas, por conta da sua responsabilidade socialmente atribuída para o cuidado e a reprodução da vida e em função de processos de organização sociopolítica, as mulheres protagonizam processos de resistência ativa, que têm sido decisivas para a disputa pelos territórios. A agroecologia tem sido adotada nas narrativas, estruturando a organização sociopolítica, e como prática concreta, para produzir respostas e alternativas aos projetos neoextrativistas que ameaçam as comunidades.

Ora de maneira mais individual e despolitizada, ora de forma coletiva, com seus corpos, tempo e trabalho elas disputam o modo de produção e tensionam as relações de poder estabelecidas que abrem caminhos para a mercantilização da natureza. Fazem isso em diferentes escalas, ao questionarem o uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas e a mineração desde o âmbito familiar até os espaços de mobilização mais amplos. Contudo, é importante considerar que, embora as mulheres tenham desempenhado um papel central na construção da agroecologia, o fizeram com a participação de homens em diferentes níveis. O que está em jogo, nesta construção simultânea de alternativas econômico-ecológicas e dos papéis de gênero é, precisamente, a consolidação de outras feminilidades; masculinidades e outras relações de gênero.

A articulação de diferentes perspectivas e escalas, no duplo movimento proposto nesse artigo, produz análises mais apropriadas da realidade, ao trazer novos olhares sobre as complexas relações nos territórios. Evidencia que diversos marcadores sociais de opressão, condicionam os processos de resistência e de produção de alternativas no nível local e em espaços políticos mais amplos. Além disso, contribui para a visibilidade e o reconhecimento do papel das mulheres e da agroecologia como estratégia para o

enfrentamento às ameaças nos territórios.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradecemos também a Agência Nacional de Pesquisa da França e o Institut de Recherche pour le Développement (IRD) da França pelo financiamento e apoio à pesquisa.

Referências

137

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004. p. 7-35.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. Dimensões políticas do negacionismo ambiental – interrogando a literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, Seção especial – O desmonte socioambiental e as resistências emergentes, pp. 26-42, 2022.

ACTIONAID. MULHERES E AGROECOLOGIA **Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras**, v. 1. Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Sílvia. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, pp. 1-25, 2021.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Rios da memória das mulheres da agroecologia**. IV Encontro Nacional de Agroecologia. 2018. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/2018/06/03/rios-da-memoria-das-mulheres-da-agroecologia/>>. Acesso em 05/06/2018.

- 138

CONNELL, Raewyn. **Enjeux sociaux de l'hégémonie**. Paris: Amsterdam Éditions, 2014.

DULCI, Luiza Borges. **O Sul de Minas Gerais e a governança da rede de produção global do café no século XXI**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andréa (org.). **Estatísticas Rurais e Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009. p. 11-28.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefante, 2019.

FURTADO, Fabrina Pontes; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, nº 29, pp. 66-93, 2021.

GILLY, Adolfo; ROUX, Rhina. Capitales, tecnologías y mundos de la vida: el despojo de los cuatro elementos. In: **Los condicionantes de la crisis en América Latina. Inserción internacional y modalidades de acumulación**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. **Extractivismo, política y sociedad**, v. 187, pp. 187-225, 2009.

HARVEY, David. O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação. In: PANICHT, Leo; LEYS, Colin (org.). **Novo desafio imperial**. 1a ed., Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO. Socialist Register, pp. 95-125, 2004.

HERRERO, Amaranta. Ecofeminismos: apuntes sobre la dominación gemela de mujeres y naturaleza. **Ecología Política: cuadernos de debate internacional**, v. 54, pp. 20-27, 2018.

HERRERO, Yayo. Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible. **Revista de Economía Crítica**, v. 2, nº 16, pp. 278-307, 2021.

HILLENKAMP, Isabelle. (org.). Guia metodológico – Projeto GENgiBRe. Disponível em: <<https://gengibre.org/publicamos-nosso-guia-metodologico/>>. Acesso em 20/06/2022.

- HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temáticas (Unicamp)**, v. 52, pp. 167-194, 2018.
- PACS – INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. **Mulheres e Conflitos Ambientais: nem nossos corpos nem nossos territórios, da invisibilidade à resistência**. Rio de Janeiro, 2017, 68p.
- PACS – INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Mulheres – Territórios. Mapeando conflitos, afetos e resistências**. Rio de Janeiro, 2021, 50p.
- IORIO, Gustavo Soares; MAGNO, Lucas. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência: Sociedades, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 8, nº 2, pp. 2238-3565, 2019.
- KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.
- LARRERE, Catherine. L'écoféminisme ou comment faire de la politique autrement. **Multitudes**, v. 2, nº 67, pp. 29-36, 2017.
- LINSALATA, Lucia; NAVARRO, Mina Lorena. Feminismo y alternativas no capitalistas para la reproducción de la vida. Claves para repensar lo común. Entrevista a Silvia Federici. In: COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina Lorena (orgs.). **Territorios en disputa**. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. México, D. F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014, p. 425-438.
- MAGNO, Lucas; SIQUEIRA, Luiz Paulo Guimarães de; DELESPOSTE, Aline Guizardi. “Mineração? Aqui não!”: a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 8, Curitiba/PR, 2017. **Anais [...]**. Disponível em <<http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/rgpaluminio>>. Acesso em 10/10/2023.
- MENDES, Margarida. **Colonialismo Molecular**. 2018. Disponível em: <http://inhabitants-tv.org/oct2018_colonialismomolecular/MargaridaMendes_MatterFictions_PT_132-148.pdf>. Acesso em 23/11/2023.
- MILANEZ, Bruno. Crise climática, extração de minerais críticos e seus efeitos para o Brasil. In: **Cadernos Diálogos dos Povos**. 29p. 2021. Disponível em:

<<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2021-Crise-clim%C3%A1tica-extra%C3%A7%C3%A3o-de-minerais-cr%C3%ADticos.pdf>>. Acesso em 21/11/2023.

NAVARRO, Mina Lorena; COMPOSTO, Claudia. Claves de lectura para comprender el despojo y las luchas por los bienes comunes naturales en América Latina. In: **Territorios en disputa**. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. México, D. F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014, p. 33-75.

OLIVEIRA, Rafael Monteiro de. **Quintais e uso do solo em propriedades familiares**. Dissertação (Mestrado em solos e nutrição de plantas). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2015.

OLIVEIRA, Rafael Monteiro de; LOPES, Isabel de Luanda; CRUZ, Nina Abigail; CARDOSO, Irene Maria. Quintais da agricultura familiar: Relíquias do passado, pérolas do presente, tesouros do futuro. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (orgs.). **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

OROZCO, Amaya Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012, p. 51-93.

141

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Ocupação do espaço, formas de ocupação e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. **Revista Científica da FAMINAS**, v. 1, nº 2, pp. 255-275, 2005.

PEASE, Bob. Masculinisme, changement climatique et catastrophes produites par les hommes. Vers une réponse environnementale profémiste. **Nouvelles Questions Feministes** v. 4, nº 2, pp. 52-67, 2021.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes. Relações do alimentar e relações que alimentam: El Tambo e a Mamacocha no norte do Peru. **Tessituras**, v. 3, nº 2, pp. 219-241, 2015.

PULEO, Alicia. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de “naturaleza” y “ser humano”. In: AMORÓS, Célia. **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000. p.165-192.

RODIN, Patricia. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e**

Regionais, v.23, pp. 1-27, 2021.

SCHMITT, Claudia. **Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2016. 253p.

SILVA, Jean Carlos Martins; IÓRIO, Gustavo Soares. A luta por um Território Livre de Mineração na região da Serra do Brigadeiro (MG). In: MALERBA, Julianna; WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (orgs.). **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2022. p. 114-188.

SVAMPA, Maristella. **Cuatro claves para leer América Latina**. Nueva sociedad, 2017.

TOLEDO, Víctor Manuel. Agroecology and spirituality: Reflections about an unrecognized link. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 46, nº 4, pp. 626-641, 2022.

ULLOA, Astrid. Ecología política feminista latinoamericana. In: ZURIA, Ana De Luca; CENTENO, Ericka Fosado; GUTIÉRREZ, Margarita Velázquez (orgs.) **Feminismo socioambiental: Revitalizando el debate desde América Latina**. Universidad Nacional Autónoma de México. Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias. Cuernavaca, 2020. p. 75-104.

VIÉGAS Rodrigo Nuñez. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**, nº 19, pp. 145-157, 2009.

WEZEL, Alexander ; BELLON, Stéphane; DORE, Thierry; FRANCIS, Charles; VALLOD, Dominique; CHRISTOPHE, David. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, nº 4, pp. 503-515, 2009.

WEZEL, Alexander; HERREN, Barbara Gemmill; KERR, Rachel Bezner; BARRIOS, Edmundo; GONÇALVES, André Luiz Rodrigues; SINCLAIR, Fergus. Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 40, pp. 40, 2020.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos Ambientais**. Texto inspirado na Introdução do livro Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. 2010.

Liliam Telles é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. **E-mail:** liliam.telles13@gmail.com

Alessandra Bernardes Farias Campos Alessandra Bernardes Faria Campos é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa, membro do ECOA – Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia. **E-mail:** ale.bernardescampos@gmail.com

Isabelle Hillenkamp é Diretora de pesquisa do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento, Centro de Estudos em Ciências Sociais sobre os Mundos Africanos, Americanos e Asiáticos (IRD-CESSMA, França). Email: isabelle.hillenkamp@ird.fr

Alair Ferreira de Freitas é professor doutor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. **E-mail:** alair.freitas@ufv.br

Artigo enviado em 07/04/2024 e aprovado em 20/05/20024.